

Revista **a** EVOLUÇÃO



**Percebi a força do teatro
com as crianças...**

Alexandre Gatti



Filada à:
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores de Jornais



INTERNATIONAL
SERIAL
NUMBER
DOI: 10.24036/ISSN



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

Organização: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateauneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateauneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Lee Anthony Medrado
Vilma Maria da Silva

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 54 (ago. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 186 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral aguardar

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.54

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Colaboradores voluntários em:



São Paulo | 2024

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

7 DESTAQUE

ALEXANDRE GATTI

10 POIESIS

J. Witon

182 RECREIO LITERÁRIO

ARTIGOS

1. A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO ENSINO SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS ANDRÉ ALVES DE ALBUQUERQUE	11
2. A RELIGIÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UM DESAFIO PARA A DEMOCRACIA ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA MEDRADO	19
3. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA COMO ALIADAS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	25
4. AS ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS E BENEFÍCIOS FRANCINEUMA DE LIMA	31
5. INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO	37
6. O DIREITO DE ACESSO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA HERBERT MADEIRA MENDES	43
7. TRABALHANDO AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL JANAINA PEREIRA DE SOUZA	55
8. PSICOMOTRICIDADE VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	61
9. O IMPACTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSENEIDE DOS SANTOS GOMES	67
10. GESTÃO ESCOLAR E A COMPLEXIDADE ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO MARIA APARECIDA DA SILVA	73
11. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ALIMENTAR E NA CONCEPÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO: ANÁLISE HISTÓRICA MARIA DE FÁTIMA DE BRUM CAVALHEIRO	79
12. ARTICULAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA	89
13. PROPOSTA DE ACTIVIDADES DIDÁCTICAS PARA A PROMOÇÃO DAS "ARTES PLÁSTICAS" NOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 20 "AUGUSTO NGANGULA" EM NDALATANDO MÁRIO ANTÓNIO TULUMBA	95
14. A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NELSON MARCOS CORREIA PEDRO	109
15. O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO POTÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NO CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO – CEU DE ARICANDUVA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO ROSELI MARCELLI SANTOS DE CARVALHO	115
16. ENSINO HÍBRIDO: MODELOS, DESAFIOS E BENEFÍCIOS ROSINALVA DE SOUZA LEMES	131
17. BRINCADEIRAS TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM TRAÇO CULTURAL SILVIA HARUE YOGUI	137
18. CONFLITOS ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA SOBRE A SEXUALIDADE SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	143
19. MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NOS ALUNOS DA 6ª CLASSE NA PROVÍNCIA DO UÍGE TAVARES DOS SANTOS MUHONGO	151
20. AS DIFICULDADES DE CRIANÇAS HIPERATIVAS E AS INTERVENÇÕES DOCENTES VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO	159
21. IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM WILDER DALA QUINJANGO	165
22. O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E A PSICANÁLISE WIVIAN LINARES DE SOUZA	171

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.



**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

Filiada à: _____



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

A RELIGIÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UM DESAFIO PARA A DEMOCRACIA

ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA MEDRADO¹

RESUMO

Este artigo examina a influência da presença de religião nas escolas públicas do Brasil sobre a qualidade da educação e a formação dos estudantes. Destaca-se que a imposição de crenças religiosas pode gerar marginalização e falta de aceitação, prejudicando o desenvolvimento do pensamento crítico e violando valores essenciais de liberdade e igualdade. Argumenta-se que é fundamental garantir que a educação seja secular para fortalecer a democracia e assegurar a equidade. Ressalta-se a importância de uma clara separação entre Estado e Igreja para aprimorar a preparação dos estudantes para viver em uma sociedade plural, respeitando todas as convicções e descrenças.

Palavras-chave: Doutrinação, Democracia, Educação Laica, Liberdade Religiosa, Diversidade Democrática, Compreensão Mútua, Ambiente Escolar

INTRODUÇÃO

O debate sobre a presença da religião nas escolas públicas brasileiras é complexo e controverso. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996 - estabelece que o objetivo da educação escolar é promover a "formação integral do cidadão" (Artigo 1º). Contudo, a integração de práticas religiosas nas escolas públicas pode transformar o ambiente educacional em um campo de disputa ideológica, onde o privilégio de certas crenças sobre outras pode gerar exclusão e intolerância.

É responsabilidade das escolas educar indivíduos críticos que respeitem os direitos humanos. Entretanto, ao inserir a religião no currículo escolar, surgem desafios significativos relacionados à imparcialidade e inclusão. O ensino religioso pode afetar a qualidade da educação e criar um ambiente desfavorável para

estudantes com diferentes convicções ou sem convicção alguma, prejudicando a formação do pensamento crítico e independente.

A educação pública deve ser compreendida como um direito fundamental, garantido a todos os cidadãos, independentemente de suas crenças religiosas. A presença da religião nas unidades de ensino pode ser vista como uma forma de doutrinação, afetando negativamente a qualidade da educação e a formação dos estudantes. Este artigo examina os desafios enfrentados pelas escolas ao implementar o ensino religioso em um ambiente criado para ser laico, diverso e respeitoso.

A EDUCAÇÃO LAICA E A LIBERDADE RELIGIOSA

A educação laica é um princípio essencial em uma sociedade democrática, pois não apenas promove a imparcialidade e a neutralidade no

¹ Professor na Rede Municipal de Ensino de São Paulo

ambiente escolar, mas também desempenha um papel crucial na formação de cidadãos capacitados para viver e interagir em um contexto plural e diverso. Em uma democracia, onde a diversidade cultural, religiosa e ideológica é uma realidade constante, a educação laica assegura que todos os alunos, independentemente de suas crenças ou origens, recebam uma formação equitativa e não influenciada por doutrinas religiosas específicas. Essa abordagem garante que o ensino seja baseado em princípios universais e científicos, proporcionando aos estudantes as ferramentas necessárias para desenvolver um pensamento crítico e uma visão informada do mundo.

A manutenção de um ambiente escolar inclusivo e respeitoso é, portanto, fundamental para fomentar a compreensão mútua e o respeito entre os alunos com diferentes crenças e descrenças. A inclusão de todas as perspectivas e a promoção de um clima de respeito mútuo ajudam a construir uma comunidade escolar onde as diferenças são não apenas toleradas, mas valorizadas como parte do enriquecimento coletivo. Além disso, um ambiente que respeita a diversidade permite que os alunos explorem e compreendam uma ampla gama de ideias e valores, o que contribui para a formação de uma sociedade mais coesa e harmônica. Ao promover a igualdade de oportunidades e evitar a imposição de qualquer crença religiosa ou ideológica, a educação laica fortalece os princípios democráticos de liberdade, igualdade e justiça, preparando os alunos para se tornarem cidadãos informados e respeitosos em uma sociedade pluralista.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO LAICA

A educação laica desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e analíticos, promovendo um ambiente onde o pensamento racional e a avaliação objetiva são priorizados. A separação entre Estado e Igreja é essencial para assegurar que o sistema educacional se baseie em princípios universais e imparciais, livres de influências e doutrinas religiosas específicas. De acordo com José Carlos

Assis (2015), a utilização da religião como base para a educação pública pode comprometer a imparcialidade necessária para proporcionar uma formação crítica e equitativa. A abordagem laica garante que todos os alunos, independentemente de suas crenças pessoais, tenham acesso a um ensino que incentiva a análise racional, o debate construtivo e a formação de opiniões bem fundamentadas—elementos indispensáveis para o exercício pleno da cidadania.

Além disso, a educação laica possibilita que os estudantes desenvolvam suas próprias crenças e valores sem estarem sujeitos a qualquer forma de doutrinação religiosa. Em uma sociedade democrática, onde a diversidade de crenças deve ser respeitada e a capacidade de pensar criticamente é essencial, garantir que a educação permaneça neutra e inclusiva é crucial. O laicismo não apenas promove a justiça e a igualdade de oportunidades, mas também contribui para a formação de indivíduos capazes de participar de maneira consciente e responsável no debate público e na construção de uma sociedade mais justa e plural.

O CONCEITO DE LIBERDADE RELIGIOSA

A liberdade religiosa é um direito fundamental instituído pela Constituição brasileira, que assegura a todos os indivíduos o direito de escolher, praticar e expressar sua própria crença religiosa sem sofrer interferência, constrangimento ou discriminação. Este direito não se limita à escolha de uma crença específica, mas se estende à liberdade de manifestar publicamente essas crenças, seja através de práticas, rituais ou declarações, sem temer represálias ou preconceito.

O conceito de liberdade religiosa, conforme garantido pela Constituição, é amplo e inclusivo, englobando não apenas diversas formas de crenças religiosas, mas também uma vasta gama de dogmas, filosofias, morais, liturgias e cultos. Assim, é imperativo que instituições como as escolas respeitem e protejam tanto as convicções religiosas dos

alunos quanto suas crenças filosóficas ou políticas. Esse respeito deve ser igualmente estendido àqueles que optam por não professar nenhuma crença religiosa, permitindo que ateus, agnósticos e céticos exerçam seus direitos sem enfrentar discriminação.

A violação desse direito não apenas atenta contra a dignidade individual, mas também compromete a própria essência da democracia, que se fundamenta na aceitação e respeito pela diversidade. Promover a compreensão mútua e a tolerância é crucial para fortalecer o tecido social e garantir que a liberdade religiosa seja verdadeiramente respeitada e praticada em todos os âmbitos da vida pública e privada. Assim, a garantia desse direito é vital para a construção de uma sociedade plural e inclusiva, onde todas as pessoas possam coexistir e se expressar livremente, contribuindo para um ambiente de respeito e diálogo.

IMPACTOS DA DOCTRINAÇÃO RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A possibilidade de introdução de doutrinação religiosa nas escolas públicas pode ter impactos profundos e prejudiciais na formação dos alunos. Segundo Maria Lúcia Garcia (2018), a inserção de conteúdos religiosos específicos no ambiente escolar não apenas limita a liberdade de pensamento dos estudantes, como também pode fomentar um clima de exclusão e discriminação. Alunos que não compartilham a mesma fé ou que se identificam como ateus podem se sentir marginalizados, o que pode afetar negativamente seu desempenho acadêmico e seu bem-estar emocional.

Além disso, a doutrinação religiosa pode restringir a formação de uma compreensão ampla e inclusiva das variadas crenças e valores presentes na sociedade. A promoção de uma visão religiosa específica dentro do currículo escolar compromete a objetividade e a integridade do processo educacional. Isso limita a capacidade dos alunos de desenvolverem uma

perspectiva crítica e abrangente sobre o mundo ao seu redor.

Ao invés de fomentar um ambiente de aprendizado inclusivo e plural, a presença de doutrinação religiosa pode prejudicar a educação ao criar um ambiente educacional que favorece uma única perspectiva religiosa. Isso não só afeta a formação acadêmica dos alunos, mas também compromete o desenvolvimento de habilidades essenciais para a cidadania, como o pensamento crítico e a capacidade de dialogar com diferentes pontos de vista. Em última análise, a doutrinação religiosa pode enfraquecer a qualidade da educação, prejudicando a capacidade dos alunos de se tornarem cidadãos informados e capazes de participar plenamente em uma sociedade democrática e pluralista.

A DIVERSIDADE RELIGIOSA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS

O Brasil, com sua vasta diversidade religiosa, exige que a educação pública seja um reflexo dessa pluralidade e a respeite de maneira equitativa. José Rodrigues (2015) sublinha que a educação laica deve promover não apenas a compreensão das diversas tradições religiosas, mas também garantir que nenhuma crença seja privilegiada em detrimento das outras. É crucial que o ambiente escolar acolha e respeite todas as formas de expressão religiosa para garantir que cada aluno se sinta valorizado e incluído, independentemente de suas crenças pessoais.

Ana Maria Garcia (2017) reforça que a promoção da inclusão e do respeito pela diversidade religiosa é essencial para preparar os alunos para uma convivência harmoniosa em uma sociedade plural. Isso implica na necessidade de um currículo escolar que não apenas informe sobre as diferentes religiões de maneira objetiva, mas também ensine os alunos a desenvolver uma compreensão mais profunda e empática das crenças e práticas dos outros. Ao integrar estudos sobre variadas tradições religiosas, as escolas não apenas enriquecem o conhecimento dos alunos, mas também fomentam uma cultura de respeito e tolerância.

Para que essa abordagem inclusiva seja eficaz, as escolas devem adotar práticas pedagógicas que incentivem o diálogo intercultural e inter-religioso, promovendo debates construtivos e oportunidades para que os alunos compartilhem e aprendam com as experiências uns dos outros. Além disso, é importante que o corpo docente receba treinamento adequado para lidar com questões de diversidade religiosa de maneira sensível e informada. Em última análise, a inclusão da diversidade religiosa no ambiente escolar não só contribui para um ambiente de aprendizado mais justo e enriquecedor, mas também prepara os alunos para interagir de maneira respeitosa e informada em um mundo cada vez mais globalizado e diversificado.

DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO LAICA E INCLUSIVA

Roseli Fischmann (2006) indaga:

Como adentrar o universo religioso do outro, como forma de compreensão mútua, de não conversão? Como discernir, entre as motivações com que se age, o que é próprio da formação religiosa recebida, por exemplo, na infância, e o que se originou em outras influências ao longo da vida? Como praticar plenamente o respeito a quem crê de forma distinta da que se tem, ou mesmo, simplesmente, não crê?

Para assegurar que as escolas públicas ofereçam uma educação laica e inclusiva, é fundamental seguir diretrizes específicas que promovam a imparcialidade e o respeito pela diversidade. Essas diretrizes incluem:

- **Neutralidade Religiosa:** As escolas devem manter uma postura neutra em relação a todas as religiões, evitando promover ou endossar qualquer crença religiosa específica. O ensino sobre religiões deve ser conduzido de forma objetiva, acadêmica e informativa, garantindo que o conteúdo apresentado seja imparcial e não favoreça crenças particulares.
- **Educação sobre Diversidade Religiosa:** O currículo escolar deve incorporar informações abrangentes e equilibradas sobre diversas religiões e sistemas de crenças. Esta abordagem visa promover uma compreensão profunda e respeitosa das diferentes tradições religiosas e

valores culturais, preparando os alunos para interagir de maneira informada e empática com a pluralidade religiosa presente na sociedade.

- **Respeito pelas Crenças e Descrenças:** As políticas e práticas escolares devem assegurar que todos os alunos, independentemente de suas crenças religiosas ou falta delas, sejam tratados com equidade e dignidade. É essencial implementar medidas eficazes para prevenir e combater qualquer forma de discriminação, assédio ou exclusão com base em religião, garantindo um ambiente educacional onde todos se sintam seguros e respeitados.

- **Ambiente Inclusivo e Respeitoso:** As escolas devem criar e manter um ambiente que acolha a diversidade de forma ativa e positiva. Isso inclui promover uma cultura de respeito e inclusão, que reflita a pluralidade da sociedade e incentive os alunos a valorizarem as diferenças e a colaborar harmoniosamente com seus colegas. Atividades e práticas escolares devem ser planejadas para reforçar o espírito de inclusão e fomentar um senso de comunidade entre os alunos.

Ao seguir essas diretrizes, as escolas podem garantir que a educação oferecida seja não apenas laica e inclusiva, mas também enriquecedora e formativa, preparando os alunos para serem cidadãos conscientes e respeitosos em uma sociedade diversificada.

CONCLUSÃO

O debate sobre a presença de religião nas escolas públicas é complexo e multifacetado, exigindo uma análise crítica e ponderada. A manutenção de uma educação laica é crucial para a preservação da democracia e da igualdade em nossa sociedade. A separação entre Estado e Igreja vai além de uma formalidade legal; é uma condição indispensável para garantir que a educação pública seja verdadeiramente inclusiva e respeitosa para todos os estudantes.

A inserção de religião nas escolas públicas, particularmente na forma de doutrinação, pode gerar tensões e conflitos que comprometem não apenas a qualidade da educação, mas também a formação dos alunos como cidadãos críticos e responsáveis. É

essencial que as instituições de ensino adotem uma abordagem laica e objetiva, promovendo um ambiente de aprendizado que prepare os estudantes para interagir de forma informada e respeitosa com a diversidade presente em nossa sociedade.

A educação laica não é apenas um princípio pedagógico, mas uma necessidade fundamental em uma democracia, pois visa preparar os alunos para viver e participar ativamente em um contexto plural e diversificado. As escolas devem manter um ambiente inclusivo e respeitoso, onde todos os alunos se sintam valorizados e onde a compreensão mútua e o respeito pelas diferentes crenças e descrenças sejam fomentados.

A liberdade religiosa é um direito fundamental garantido pela Constituição brasileira, que abrange uma vasta gama de crenças, dogmas, morais, liturgias e cultos. Respeitar essa diversidade é um reflexo do verdadeiro espírito democrático. A promoção da tolerância e do respeito pela liberdade religiosa é essencial para a construção de uma sociedade mais coesa e harmoniosa. Assim, a manutenção de um ambiente escolar que reflita esses valores não só fortalece a base democrática, mas também contribui para o desenvolvimento de cidadãos bem preparados para a vida em uma sociedade plural e em constante evolução.

REFERÊNCIAS

- Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de agosto de 2024.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: . Acesso em: 10 de agosto de 2024.
- GARCIA, Maria Lúcia. A Doutrinação Religiosa em Escolas Públicas: Um Estudo sobre a Intolerância e a Discriminação. Editora Loyola, 2018.
- RODRIGUES, José. A Religião na Escola Pública: Um Debate Necessário. Editora Saraiva, 2015.
- GARCIA, Ana Maria. A Diversidade Religiosa na Escola Pública: Um Estudo sobre a Inclusão e o Respeito. Editora Loyola, 2017.
- FISCHMANN, Roseli (org.). Ensino Religioso em Escolas Públicas: Impactos sobre o Estado Laico. Editora Factash,

2008.

ASSIS, José Carlos. A Razão de Deus. Ciência e fé, criacionismo e evolução, determinismo e liberdade. Editora Saraiva, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.377, de 1996 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União, Brasília, 10 de agosto de 1996.

FISCHMANN, Roseli. AINDA O ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLAS PÚBLICAS: subsídios para a elaboração de memória sobre o tema. Revista Contemporânea de Educação, São Paulo, Brasil, Disponível em: Acesso em: 12/08/2024.



Revista a EVOLUÇÃO

54
Abril 2018
ISSN 2675-2573



Percebi a força do teatro
com as crianças...

Alexandre Gatti



www.primeiraevolucao.com.br



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

André Alves de Albuquerque
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Francisca Francineuma de Lima
Graziela de Carvalho Monteiro
Herbert Madeira Mendes
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Joseneide dos Santos Gomes
Maria Aparecida da Silva
Maria de Fátima Costa Rocha
Maria de Fátima de Brum Cavalheiro
Mário António Tulumba
Nelson Marcos Correia Pedro
Roseli Marcelli Santos De Carvalho
Rosinalva de Souza Lemes
Sílvia Harue Yogui
Simone de Cássia Casemiro Bremecker
Tavares dos Santos Muhongo
Viviane de Cássia Araujo
Wilder Dala Quinjango
Wivian Linares de Souza



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

